

**A PRESENÇA DE FATORES GERADORES DE CAPITAL SOCIAL EM
ORGANIZAÇÕES DE NATUREZA COOPERATIVA**

**THE PRESENCE OF GENERATORS FACTORS OF SOCIAL CAPITAL IN
ORGANIZATIONS OF COOPERATIVE NATURE**

Marlon Dalmoro¹
Milton Luiz Wittmann²
Leander Luiz Klein³

Recebido em: 13 mai. 2008

Aprovado em: 08 jun. 2009

Resumo:

O capital social assume um papel chave, através das redes e das normas de confiança social, no desenvolvimento de organizações coletivas, cuja análise junto às organizações cooperativas passa a ser uma variável importante para a busca de um desenvolvimento sustentável. Este trabalho tem como objetivo principal analisar como os fatores geradores de capital social estão presentes em uma organização de natureza cooperativa. Ao nível epistemológico, desenvolveu-se um estudo de caso baseado em uma abordagem qualitativa em uma cooperativa localizada na região central do estado do Rio grande do Sul. Os dados foram coletados por meio de entrevistas semi-estruturadas com seis cooperados ativos da organização e analisados por meio de análise de conteúdo. As análises do trabalho levaram a considerações de que os elementos formadores de capital social estão presentes nos membros da cooperativa em estudo, porém há divergências de percepções e elementos que inibem a produção de capital social.

Palavras-chaves: Capital social. Organizações cooperativas. Organizações sociais.

Abstract:

The capital has a key role, through the networks and standards of social trust, in the development of collective organizations. The analysis of the presence of capital at the cooperative organizations becomes a key variable for the pursuit of sustainable development. Thus, this paper aims to examine how the main factors leading to social capital are present in

¹ Doutorando em Administração – UFRGS. E-mail: marlondalmoro@gmail.com - Endereço postal: Rua Paulo J. Schlabitz, 521 - CEP: 95900-000 Lajeado - RS.

² Doutor em Administração - FEA\USP. Professor do Depto. de Ciências Administrativas da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. E-mail: wittmann@profwittmann.com - Rua Duque de Caxias 2.400 Ap. 201 Bairro Medianeira. CEP: 97060-210 Santa Maria – RS.

³ Graduando de Administração – UFSM. E-mail: kleander88@gmail.com - Rua Floriano Peixoto, 1367 ap. 404 Bairro Centro. CEP: 97015-372 Santa Maria – RS.

a organization of cooperative nature. In epistemological level, trying to qualitative approach, through case study on cooperative located in the central region of the Rio Grande do Sul state. Data collected were through semi-structured interviews with six active cooperative members of the organization and analyzed through content analysis. In general, the elements of social capital trainers are present in members of the cooperative study, but in some moments there are differences in perceptions and the emergence of elements that inhibit the production of social capital.

Keywords: Social capital, Cooperative organizations. Social organizations.

1. Contextualização

Os aspectos que configuram uma sociedade globalizada, como a internacionalização de capitais, tecnologias, produtos e serviços são uma constante. No entanto, autores como Caron (2003) colocam que sempre será em um determinado território que as empresas produzem e as pessoas vivem e, para Benko (2001), esses territórios passam a ter uma característica interna e uma personalidade regional. Esses possibilitam, em suas práticas, tanto o direcionamento para ações interdependentes, com interesses econômicos locais, como a renovação da vida comunitária, tornando a comunidade em fator primordial da criação de uma dinâmica própria para o desenvolvimento local e regional.

Na organização da comunidade, Frey (2003) destaca o capital social como elemento chave das redes e das normas de confiança social, que facilita a coordenação e a cooperação em benefício recíproco. O conceito de capital social é trabalhado nos diversos campos da ciência, como seus benefícios sociais, que se baseiam nas relações pessoais e em valores socialmente compartilhados e benefícios econômicos, como o estoque de riqueza. Esses benefícios são ratificados por Bialoskorski Neto (2001) quando afirma que o capital social e o humano são variáveis importantes para o processo de desenvolvimento das organizações locais.

Dentre as formas de organização da comunidade local estão às organizações de natureza coletivas, como as cooperativas. Para Bialoskorki Neto (2002), os empreendimentos cooperativistas são organizações que apresentam uma importante função pública de desenvolvimento econômico, aliada à geração e distribuição de renda e à criação de empregos. As cooperativas podem distribuir os resultados econômicos proporcionais às operações com seus cooperados, contribuindo para a efetiva distribuição de renda entre seus associados. Oliveira (2001) cita que as cooperativas são organizações que promovem o

desenvolvimento local, visto que trabalham pelo crescimento e pelo desenvolvimento sustentado das comunidades.

As experiências de transformações sociais nas comunidades têm ganhado força na academia, despertando o interesse dos cientistas no estudo sobre capital social, bem como os fatores relacionados (MASCARENHAS, 2005; MAYORGA, 2004). No entanto, pouco se conhece sobre a potencialidade do capital social como alavanca para o desenvolvimento comunitário, ou seja, o papel do capital social nas instituições públicas e privadas que permitem ações cooperativas, como a importância do capital social como elemento presente nas organizações coletivas, que serve como mecanismo aglutinador e facilitador de ações que potencializam a comunidade envolvida e viabilizam empreendimentos inovadores de natureza coletiva (MAYORGA, 2004). Diante desta contextualização, o presente trabalho tem como objetivo principal analisar como os fatores geradores de capital social estão presentes em uma organização cooperativa.

2. Capital social

O conceito de capital social vem sendo discutido por cientistas sociais nas mais diversas áreas. Os sociólogos Pierre Bourdieu e James Coleman, na década de 80, elevaram o *status* de capital social a um tópico específico de estudo, tentando entender como indivíduos inseridos em uma rede (*network*) de relações sociais podem se beneficiar de sua posição ou gerar externalidades positivas para outros agentes. Como bem ratificam Becker e Wittmann (2008) quando analisam de forma interdisciplinar a importância do capital social e de comunidades organizadas para o fortalecimento do desenvolvimento local e regional.

Os grupos locais assumem um importante papel na busca do desenvolvimento, nos quais estruturas consolidadas ao nível micro funcionam como suporte ao fortalecimento do nível macro da organização social (MATOS, 2003). Para o autor, as organizações de base se estruturam a partir do conceito de autonomia numa linha de reflexão coerente com a *filosofia da práxis* e comprometida com a redução da alienação dos atores sociais no plano coletivo e individual e da autonomia com relação às estruturas de poder, como conquista coletiva e instrumento de transformação social. O grupo social assume, nesse contexto, a posição de sujeito de sua própria história, construindo o conhecimento sobre si mesmo e sobre o seu contexto. O autor acrescenta que “a *práxis* visa à autonomia como um fim e a utiliza como um meio”, ou seja, a *práxis* e a autonomia estariam na base da construção das organizações coletivas.

Os elementos, que mais carregam a cultura e as visões de mundo, são aquelas tecnologias metodológicas que não são produtos materiais concretos, mas que são saberes orientadores das *práxis*, portanto, que tem mais relação com questões qualitativas do que com quantitativas. São os aspectos relacionados ao imaginário social, ao inconsciente coletivo e não são ensináveis de forma apenas teórica, exigindo vivência e envolvimento da integralidade emotiva da pessoa, apreendidos e incorporados de forma inconsciente (MATURANA, 2002).

No início do século XX, em 1916, o termo capital social foi apresentado por Lyda Hanifan como um conjunto dos elementos intangíveis que mais contam na vida cotidiana das pessoas, tais como a boa vontade, a camaradagem, a simpatia, as relações sociais entre indivíduos e a família (MILANI, 2004). Esta visão deu início ao que atualmente se conhece por capital social. Albagli e Maciel (2003) colocam que o termo capital social nasceu no âmbito da sociologia e denota as vantagens do indivíduo em pertencer a certa comunidade.

O termo capital social é definido por Bourdieu como um conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão vinculados a um grupo, por sua vez constituído por um conjunto de agentes que não só são dotados de propriedades comuns, mas unidos por relações permanentes (BOURDIEU, 1980). Putnam (1995) coloca que capital social é o conjunto de aspectos da organização social, como redes, normas e confiança, que facilita a coordenação e cooperação em prol de benefícios mútuos. Outra visão, também embasada na visão coletiva, sobre capital social é apresentada por Coleman (1990), para quem, capital social é uma variedade de entidades que possuem características em comum por meio de uma forma de estrutura social facilitadora de algumas ações dos indivíduos que se encontram dentro dessa estrutura. O autor coloca que o capital social pode gerar bens públicos, servir de controle social pela sociedade e fonte de apoio em unidades extrafamiliares.

Entrando em linhas mais específicas, Granovetter (1985) trabalha com o termo confiança, sendo que um dos incentivos para não fraudar ou enganar (isto é, não quebrar a confiança e não agir de má-fé) é o custo de reputação, uma vez que pessoas com boa reputação detêm melhores informações, pois são mais confiáveis. Conseqüentemente, na presença de informação perfeita, as transações fluem de forma mais eficiente (menor custo e menor espaço para o oportunismo). O autor defende, portanto, que as relações sociais (redes sociais), preferivelmente aos arranjos institucionais ou à moral convencional, são os principais responsáveis pela produção de confiança na vida econômica.

Na definição de Fukuyama (1996), uma sociedade possui mais ou menos capital social de acordo com o raio de confiança que seus grupos e comunidades são capazes de construir,

ou seja, de acordo com tamanho do círculo de pessoas entre os quais as normas cooperativas são compartilhadas. Um bom indicador de capital social para Fukuyama seria a capacidade maior ou menor das sociedades de criar grandes organizações de negócios privadas. “Sociedades bem supridas de capital social poderão adotar novas formas organizacionais mais rapidamente do que as menos providas, à medida que a tecnologia e os mercados mudarem” (FUKUYAMA, 1996, p.47). O autor afirma que o capital social é gerado espontaneamente como o resultado de interações comunitárias repetidas. As normas cooperativas que surgem dessas interações são criadas e transmitidas por meio da religião, da tradição ou de traços históricos.

Para Fox (1996) um ambiente positivo seria a primeira coluna de sustentação para estimular a acumulação do capital social. A segunda coluna seria o papel dos atores sociais contribuindo com idéias e motivações para criação do capital social. A terceira e última coluna de sustentação seria a possibilidade de interação e integração entre as diversas organizações existentes, principalmente em comunidades que se encontram isoladas geograficamente.

Salanek Filho (2007) destaca dois componentes-chaves do capital social, a formação de redes de relacionamento e os altos níveis de confiança desenvolvidos entre os atores pertencentes a esta rede. Albagli e Maciel (2003) destacam três formas de capital social descritas por Coleman. A primeira diz respeito aos níveis de confiança, destacando que o capital social é elevado em ambientes nos quais às pessoas confiam uma nas outras. A segunda forma diz respeito ao desenvolvimento de canais de informações e idéias e a terceira é destacada naquelas situações em que os indivíduos trabalham pelo coletivo, abandonando interesses próprios imediatos. Com relação aos trabalhos de Putnam, a definição de capital social é feita através de traços da vida social – redes, normas e confiança – que facilitam a ação conjunta em prol dos objetivos comuns. A confiança é alcançada a partir do conhecimento mútuo entre os membros da comunidade e de uma forte tradição de ação comunitária.

Outro elemento destacado por Putnam (2002) relativo à capital social é a caracterização de uma comunidade em comunidade cívica. Segundo o autor, este tipo de comunidade é mensurado pela participação em negócios públicos, ou seja, a busca do bem público em detrimento do interesse individual. Dentre os fatores característicos das comunidades cívicas está a igualdade política, valorização das relações cooperativas, de reciprocidade, participação no governo, solidariedade, confiança e tolerância. Putnam (2002)

coloca que sem estas características o espírito de civismo e o objetivo de comunidade tornam-se inexistentes e as pessoas viram meros vizinhos a coabitarem o mesmo espaço territorial.

Na acepção de Putnam (2002), os indicadores de capital social agrupam-se de acordo com a sua natureza, como participação política, participação cívica, conexões informais e confiança em busca de formular um indicador universal de capital social. Neste sentido, Putnam (1995), Brehm e Rahn (1997) e Glaeser *et al.* (2002) destacam os fatores que contribuem para a formação de capital social: divisão étnica, renda, educação, envolvimento comunitário, papel da mulher, casamento e família, idade, suburbanização, tipo de emprego e local de origem.

Quanto ao aumento do capital social, Pavarina (2003) destaca o cooperativismo como um fator representativo, considerando, em seu estudo, tanto as cooperativas (como associação que aglutina pessoas) como o percentual de produtores rurais associados em cooperativas. As cooperativas atuam em um sistema delimitado pela rede estabelecida entre os cooperados e o acesso de uma pessoa ao sistema torna-a um agente participante do desenvolvimento local.

A interação, confiança, definição de objetivos comuns e estruturação da rede social são questões fundamentais para compreender o processo cooperativista e a importância relativa do capital social para o desenvolvimento do local, contribuindo para o desenvolvimento e para o aumento do capital social da comunidade (SALANKE FILHO, 2007).

3. Organizações da natureza coletiva e o princípio da cooperação

Cooperativismo origina-se da palavra cooperação, constituindo-se em uma doutrina cultural e sócio-econômica que consagra os princípios fundamentais de liberdade humana, apoiada por um sistema de educação e participação permanente (OCEPAR, 2006). Para Boesche (2005) uma cooperativa nasce a partir de um forte movimento social, se organiza economicamente e depois deve equilibrar as duas dimensões (econômica e social) na busca de excelência dos seus produtos e serviços.

Albuquerque (2003) salienta que, tanto as associações como as cooperativas e sindicatos são organizações sem fins lucrativos, no entanto, estas diferem quanto à sua finalidade. As associações atuam com finalidade de representar e defender os interesses dos seus associados, buscando estimular a melhoria técnica, profissional e social dos associados. A finalidade das cooperativas é desenvolver atividades de consumo, produção, crédito, prestação de serviços e comercialização, de acordo com os interesses dos cooperados e a finalidade dos sindicatos é promover a defesa dos direitos e interesses individuais e coletivos

de determinada categoria de trabalhadores, representando-a em questões judiciais e administrativas.

As cooperativas estão baseadas nos valores do movimento cooperativista que teve origem na Inglaterra, no século XIX, com os pioneiros de Rochdale. O movimento iniciou-se, entre outros aspectos, pela crescente marginalização dos pequenos artesãos da época, que foram sendo substituídos pelas máquinas de tear industriais que surgiam. Com base em alguns princípios, como a igualdade, equidade e solidariedade os pioneiros de Rochdale seguiram disseminando o cooperativismo (SCHMIDT e PERIUS, 2003).

Barrios (1995) afirma que os primórdios do cooperativismo e associativismo brasileiro se desenvolveram em consequência da imigração de povos europeus, principalmente de origem germânica, pois a partir de 1824, os imigrantes começaram a trabalhar no sul do Brasil. Estes vieram estimulados pela política imperial de ocupação rápida das grandes áreas vazias dos estados do sul, cobertos de densas florestas e situadas na Bacia do Guaíba, da Região da Serra, da Região das Missões e do Alto Uruguai.

O ato de organizar-se surge da incapacidade individual de resolver problemas que parecem ser superiores às habilidades ou aptidões dos indivíduos. A reunião de esforços, daqueles que apresentam as mesmas deficiências, ou vivem situações semelhantes, torna-se uma forma eficaz com vistas a criar alternativas para o enfrentamento e a busca de soluções para as diversas distorções vigentes.

Essas organizações coletivas procuram tomar iniciativas de cooperação, que se destinam explicitamente a superar a marginalidade em vários planos - técnico, econômico, político, social, entre outros (SILVEIRA, 1992). Busca-se transformar, através da união, pessoas dispersas em uma força coesa nas relações políticas e econômicas, especialmente nas esferas da comercialização (de insumos e produtos), do processamento primário (leite, frutas, verduras e carnes, principalmente) e da prestação de serviços.

Para Barros (1994), a organização associativa supõe as seguintes funções: tornar mais eficiente o esforço do grupo; aumentar o seu rendimento; diminuir o esforço de cada participante; dividir o trabalho ou as suas operações a serem realizadas; tornar um grupo mais integrado e estimular a interdependência dos indivíduos dentro da organização.

Transformar a participação individual em participação grupal e comunitária, se apresenta como um propulsor, ou seja, um mecanismo que acrescenta capacidade produtiva e comercial a todos os associados, colocando-os em melhor situação para viabilizar suas atividades. A troca de experiências e a utilização de uma estrutura comum possibilitam

explorar o potencial de cada um e, conseqüentemente, conseguir maior retorno financeiro por seu trabalho.

Com a organização coletiva, o grupo percebe a força que possui e desta forma, passa a dirigir os passos do próprio desenvolvimento, guiar o próprio destino e o destino da comunidade, pois atuam fundamentados na cooperação. Esta ajuda mútua entre os homens vem desde a antiguidade, quando se vivia em comunidades naturais de forma coletiva, ou seja, a cooperação se caracterizava como um princípio básico da humanidade, que acompanha o homem em praticamente toda sua caminhada sobre a Terra, ou seja, ela é tão antiga quanto à própria raça humana. Sem a mútua ajuda os seres humanos estariam ainda vivendo em cavernas, pois, de uma forma ou de outra a cooperação ajuda o homem a superar dificuldades a ele impostas.

Para Jesus e Tiriba (2003), o termo cooperação tem o significado semântico de ato de cooperar, ou operar simultaneamente, trabalhar em comum e colaborar, em oposição à perspectiva individualista, sinalizando um sentido de movimento coletivo. Zamberlam e Froncheti (1992) afirmam que, a cooperação na produção agrícola existe desde o período da comunidade primitiva, quando surgiram formas simples ou elementares de trabalho coletivo. Por exemplo: empréstimo de instrumentos de trabalho, utilização comum de meios de produção – pastagens, águas, terras – até as modernas sociedades com sofisticadas divisões técnicas de trabalho. Segundo os mesmos autores, a cooperação é uma forma de organização de trabalho existente e que pode ser encontrado em todas as formas sociais, modo de produção comunal primitivo, escravista feudal, capitalista e socialista, percebendo-se essa como fruto do capital cultural existente nas organizações.

4. Método do trabalho

No nível epistemológico, o presente estudo possui um corte transversal por meio de uma abordagem qualitativa, visto ter o objetivo de prover critérios e compreensão. Neste tipo de estudo qualitativo o processo de pesquisa, com informações obtidas por entrevistas em profundidade, foi definido como flexível e não estruturado, cuja amostra não foi representativa em termos de generalização. No final são feitas constatações experimentais e o resultado é uma compreensão inicial (MALHOTRA, 2001).

O presente trabalho utiliza-se do objeto do estudo do método de estudo de caso. Este tipo de estudo, tem se tornado a estratégia mais utilizada quando os pesquisadores procuram responder questões do tipo “como” e “por que” (YIN, 2001). Diversas pesquisas sociais estão fundadas no estudo detalhado de casos particulares, ou seja, numa análise intensiva,

empreendida numa única ou em algumas organizações reais. O estudo de caso não é apenas um método, mas a escolha de um objeto a ser estudado, examinando o fenômeno dentro de seu contexto (YIN, 2001). Trata-se de uma investigação intensa, com descrição holística e cuja análise ocorre em simples instância de um fenômeno ou unidade social.

Creswell (1994) ressalta que a espinha dorsal de uma pesquisa qualitativa é a coleta extensiva de dados, que se enquadraria em diversos tipos principais: entrevistas, observações, documentos e materiais audiovisuais. Para alcançar os objetivos propostos, inicialmente foi realizada uma pesquisa bibliográfica acerca de capital social e organizações coletivas para um aprofundamento ao tema. Posteriormente, foi selecionada uma cooperativa (empresa focal deste estudo), denominada genericamente de Cooperativa *Beta*, para desfecho da parte empírica do estudo. A escolha da empresa focal se deu pela importância desta no contexto histórico e econômico da região da Quarta Colônia do Rio Grande do Sul, região esta que possui elementos antropológicos ímpares ao seu povo. Os dados foram coletados em fontes secundárias, por meio de análise de documentos e no *website* da cooperativa e em fontes primárias, por meio de entrevistas semi-estruturadas. Os sujeitos da pesquisa foram escolhidos junto à empresa focal pelo envolvimento destes em uma das unidades da cooperativa. Perfazendo um total de seis entrevistados, sendo estes: Vice-Presidente da Cooperativa, denominado no estudo de Diretor e cinco cooperados, proprietários de cotas-partes na empresa focal, cuja seleção ocorreu com uma amostra não-probabilística intencional.

Seguindo procedimentos metodológicos, como auxílio à análise, foi organizado uma matriz de agrupamento conceitual. Com essa matriz, as questões da entrevistas foram elaboradas e organizadas em categorias que possuem correspondência com a revisão de literatura deste trabalho.

Construto	Variáveis	Questões da Entrevista
Divisão Étnica	- Cidade de origem; - Suburbanização; - Crenças e religião; - Descendência étnica;	Questão 01 Questão 01 Questão 02 Questão 03
Renda	- Nível de renda; - Desigualdade de renda; - Tipo de Trabalho;	Questão 04 Questão 05 Questão 06
Valores, atitudes e experiências	- Papel da mulher, Casamento e família; - Apego as Regras e normas; - Compartilhamento da visão de futuro; - Ambiente de confiança; - Senso de liberdade;	Questão 07 Questão 08 Questão 09 Questão 10 Questão 11 Questão 12

Regras	- Conjunto de regras sociais estabelecidas (atas, estatuto, regimento, etc);	Questão 13
	- Facilidade de comunicação (lugares, regras, procedimentos e linguagem compartilhada);	Questão 14 Questão 15 Questão 15
	- Descentralização da Direção	Questão 16
Apego Comunitário	- Confiança e comprometimento com a comunidade ou sociedade local;	Questão 17
	- Relacionamento da cooperativa com outras entidades;	Questão 18
	- Afinidade da organização com os temas que propuseram trabalhar;	Questão 19
	- práticas sociais e ambientais desenvolvidas;	Questão 20
	- Participação política e cívica;	Questão 21
- Compartilhamento e o entendimento da história local;	Questão 22	
Perfil	- Idade;	Questão 27
	- Sexo;	Questão 23
	- Tempo em que está associado à cooperativa;	Questão 24
	- Posição na empresa;	Questão 25
	- Nível educacional;	Questão 26

QUADRO 01 - Matriz de agrupamento conceitual

No tratamento dos dados, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo, seguindo orientações de Bardin (1977), como uma técnica de pesquisa para a descrição objetiva e sistemática de conteúdo evidente da comunicação. De acordo com Triviños (1987), essa técnica presta-se ao estudo das motivações, atitudes, valores, crenças e tendências, por meio de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens e obter indicadores que permitam a inferência de conhecimentos.

5. A Organização em estudo

A Cooperativa Beta tem sua área de atuação na região da Quarta Colônia na região centro do Estado do Rio Grande do Sul. Esta região possui características peculiares, a começar pelo nome, que deriva do fato de a região ter sido a Quarta Colônia Imperial de Imigração Italiana, ou seja, a quarta área onde foram distribuídas terras para os italianos que imigraram, no final do século passado, para o Estado/RS. A sua formação teve início em 1878 quando um grupo de 70 famílias de imigrantes italianos chegou à Colônia de Silveira Martins. Estas famílias deram início ao trabalho na lavoura e na construção de casas, tendo que superar resistências dos colonizadores portugueses e alemães que já estavam estabelecidos na região. A Quarta Colônia abrange 10 municípios, somando uma área de 2,5 mil quilômetros quadrados e com uma população total aproximada de 65 mil habitantes.

As características da região demonstram a existência de um ambiente propício à criação de capital social. A Cooperativa em estudo possui uma forte influência na região, com sua história vinculada à história da Quarta Colônia e com seus objetivos voltados para o

desenvolvimento da região, mantendo negócios nas áreas de comercialização de grãos in natura, insumos para a lavoura, peças e ferragens, confecções, supermercado, produtos veterinários e agroindústrias, além da prestação de assistência técnica aos associados.

A organização foi fundada em 1963 com 28 agricultores que buscavam unir forças para o crescimento do grupo, mediante a venda em comum dos seus produtos. Atualmente, possui, além da sua matriz, mais quatro unidades filiais com um total de 220 funcionários. O seu quadro de cooperados soma 3.650 cooperados, dos quais 98% são ativos, na sua maioria pequenos agricultores, com propriedade bastante diversificada: feijão, milho, soja, trigo, leite, suínos entre outros. A diversificação dos produtos comercializados e a agroindústria que beneficia e coloca no mercado produtos com marcas próprias configuram-se como as principais vantagens competitivas da organização. A cooperativa também atua no ramo varejista com cinco supermercados e cinco agropecuárias.

O faturamento da organização supera os R\$ 70 milhões anualmente e o volume atual chega a 1,5 milhões de sacos de soja, arroz, milho, trigo e feijão produzidos e comercializados. Para os produtores de leite, a cooperativa possui linha de crédito própria, no sistema troca-troca, para a aquisição de matrizes, ordenhadeiras e resfriadores e formação de pastagens.

6. Análise dos resultados

A seguir são apresentados os resultados obtidos a partir das entrevistas junto a um membro da diretoria da cooperativa e cinco cooperados da empresa focal. Os resultados são apresentados de acordo com a matriz conceitual, além de serem confrontados com outros estudos científicos.

6.1 Perfil

Quanto ao perfil dos entrevistados, foram cinco homens e uma mulher, dentre os quais um é membro da diretoria, ocupando o cargo de vice-presidente e gerente de uma unidade da organização. O diretor da cooperativa está associado à organização há 27 anos, dos demais cooperados, um está associado há mais de 30 anos e os demais estão associados há 27 anos, 21 anos, 24 anos e 25 anos.

Autores como Putnam (1995) e Glaeser et. Al. (2002) afirmam que a educação é uma determinante chave na atitude e comportamento das pessoas, possuindo uma associação positiva com o capital social. Quanto ao nível de escolaridade dos entrevistados, o diretor da

cooperativa apresentou o maior nível, com ensino médio completo, sendo que os demais cooperados entrevistados possuem apenas a quinta ou sexta série do ensino fundamental.

No que tange a idade dos entrevistados, o diretor da cooperativa possui 47 anos, os demais entrevistados possuem 54 anos, 50 anos, 46 anos, 42 anos e a cooperada entrevistada possui 60 anos. Na acepção de Putnam (1995) altos níveis de engajamento social são achados em pessoas mais velhas. Glaeser *et al.* (2002) também correlaciona positivamente idade com capital social.

6.2 Divisão étnica

As diferenças raciais contribuem para a erosão do capital social (Putnam, 1995). Alesina *et al.* (1999) complementa falando que a participação em atividades associativas é significativamente baixa em localidades etnicamente fragmentada. Ao analisar a descendência étnica dos entrevistados, observa-se que o diretor da cooperativa é de descendência italiana e os demais cooperados são todos de descendência alemã, demonstrando uma similaridade dos cooperados quanto a sua origem étnica.

Browne (2001) argumenta que em áreas rurais, nas quais existem poucas pessoas e uma densidade populacional baixa existe um maior comportamento coletivo e voluntário. Putnam (1995) e Glaeser *et al.* (2002) corroboram com o autor supracitado, afirmando que áreas metropolitanas geram menos capital social que pequenas cidades e áreas rurais. Dentre os entrevistados, todos são naturais de localidades situadas em zona rurais dos municípios. Atualmente, somente o diretor da cooperativa mora na zona urbana, visto ter se transferido de sua cidade de origem para a atual cidade para assumir a gerência de uma unidade da cooperativa. O fato dos entrevistados serem naturais do município onde vivem atualmente também está fortemente associado com a geração de capital social (GLAESER *et al.*, 2002).

Outro fator na produção de capital social é a religião. Dentre os cooperados entrevistados, o diretor da cooperativa entrevistado e um dos cooperados são de religião católica, enquanto que os demais cooperados entrevistados são luteranos. Quanto à ocupação, o diretor da cooperativa atua nas tarefas administrativas da organização, já os demais entrevistados atuam como agricultores.

6.3 Renda

Sob o ponto de vista econômico, Franco (2000) cita que a globalização vem possibilitando a formação de identidades nas localidades, a fim de criarem marcas e produtos típicos. Caron (2003), as pessoas e a produção fazem, diretamente, parte do local. Com

relação à produção, que está ligada a dimensão econômica, é o fator que possibilita a geração de renda e de riqueza para a região. Quanto à renda dos cooperados entrevistados, em função da cooperativa, a renda do diretor passou a ser fixa, visto que deixou de exercer as atividades rurais e passou a exercer atividades administrativas. Já para os cooperados que permaneceram na atividade agrícola, para três cooperados a renda não aumentou, para um permaneceu igual e para outro aumentou.

6.4 Valores, atitudes e experiências

Outro fator de destaque na produção de capital social é a constituição de família e o casamento. Putnam (1995) argumenta que homens e mulheres casados possuem um engajamento cívico maior que pessoas solteiras. Alesina e La Ferrara (2000) também colocam que a formação de família resulta em uma maior atividade social. Dentre os entrevistados, a importância para a família é destaque. O diretor da cooperativa entrevistado coloca que:

[...] na família é que se forma a personalidade da pessoa, a construção de valores e a imposição de limites. A desestrutura social, muitas vezes, é culpa da família sem unidade, com o pai ou a mãe sem moral. Tudo o que os pais fazem dentro de casa, desde valores, trabalho e cultura é passado para os filhos [Fala do diretor entrevistado].

A união da família, integração e esforço mútuo nas atividades são destacadas pelos entrevistados. O segundo cooperado entrevistado acredita que a família de um papel importante:

[...] a união da família, a educação dos filhos, imposição de limites, responsabilidade, ética e respeito são fundamentais. Além disso, é com a família que se repassa valores, costumes e a cultura [Fala do cooperado 2].

Para Putnam (1995) a mulher desempenha um importante papel na produção de capital social. A participação na força de trabalho incrementa a socialização da mulher e o engajamento do grupo. Na cooperativa em estudo, o diretor entrevistado coloca que ocorre a participação de mulheres, no entanto de maneira limitada:

[...] as mulheres tem função importante junto ao homem, e pode inclusive colocar o seu nome junto ao marido na ficha de sócio. Ela desempenha atividades rurais junto ao marido, e inclusive algumas específicas, como tirar leite das vacas. Mas elas têm dificuldade para se elegerem para algum cargo na cooperativa [Fala do diretor entrevistado].

Dentre os outros cooperados entrevistados, três deles também colocam que o papel da mulher está no auxílio das atividades do dia-a-dia, mas que não há nenhuma com cargo diretivo. Já para dois cooperados entrevistados, as mulheres não possuem papel dentro da cooperativa.

Outro elemento formador do capital social é o apego às regras e normas. Quando questionado sobre a quebra de regras e normas dentro da cooperativa, todos os cooperados

entrevistados colocaram que não há quebra de normas e regras e que tudo é controlado pelo estatuto. O terceiro cooperado entrevistado coloca que:

[...] a cooperativa tem regras e estatuto estabelecidos, que são respeitadas por todos. Seguindo ele, as regras não são quebradas pelos associados, desde a alta cúpula, na tomada de decisões, até um simples sócio na compra e venda de um produto [Fala do cooperado 3].

Franco (2000, p.104) destaca a relação entre confiança e cooperação: “a confiança promove a cooperação. Quanto mais elevado o nível de confiança numa comunidade, maior a probabilidade de haver cooperação, sendo que a própria cooperação gera confiança”. A pesquisa demonstrou que a confiança, um dos elementos de destaque na formação do capital social, se demonstrou existe na relação cooperativa-cooperado, mas pouco na relação entre os cooperados. Um dos cooperados entrevistados coloca que há confiança na cooperativa, quanto a prazos de pagamento e entrega de utensílios. Outro cooperado coloca que há confiança somente entre alguns sócios. O diretor da cooperativa afirma que:

[...] existe uma confiança grande na cooperativa, no sentido de que se o associado precisar de um produto (uréia, veneno, adubo), este vai estar à disposição do associado quando ele precisa, mas, confiança entre os sócios, de maneira geral, não existe [Fala do diretor entrevistado].

Quanto à liberdade em sair da cooperativa no momento que desejarem, todos os entrevistados afirmam que se sentem livres para sair da cooperativa no momento que desejarem, inclusive tendo a ciência de que terão o dinheiro investido nela reembolsado.

6.5 Regras

Citando as cooperativas do ramo agropecuário, Bialoskorski Neto (2002), comenta que estas instituições estabelecem regras com relação à sua dimensão social voltada ao bem estar do cooperado. Dentre o seu conjunto de regras estabelecidas estão as atas, estatutos, regimento, bem como afinidade das entidades com os temas que propuseram trabalhar. Fukuyama (1996) coloca também que as normas servem como um meio de promover a cooperação entre dois ou mais indivíduos e por sua vez o capital social. Nas entrevistas, todos os cooperados destacaram o cumprimento das normas por parte da cooperativa e dos cooperados e a utilização das reuniões nas comunidades como forma de prestar contas por parte da diretoria.

Quanto à comunicação, os cooperados afirmam que esta é livre e simples, para que todos entendam. No entanto, nem todos os cooperados expressam sua opinião. Um dos cooperados destaca que em algumas reuniões está presente o contador da cooperativa para dar maiores esclarecimentos. O diretor da cooperativa entrevistado coloca que:

[...] a comunicação ocorre de forma espontânea, e tem conselheiros nas comunidades, que informam os associados e recebem informações, reclamações e opiniões dos mesmos, e comunicam à gerência. Há também um informativo que é transmitido via rádio, e nele são repassadas notícias, decisões, preços, datas de assembléias e reuniões [Fala do diretor entrevistado].

Quanto à participação dos cooperados nas assembléias, dois cooperados entrevistados afirmam irem a poucas reuniões, já os outros três procuram estar presentes em todas as reuniões. O diretor da cooperativa entrevistado enfatiza que:

[...] as assembléias e reuniões são realizadas nas comunidades, na qual todos os candidatos são convidados a participar. Desde a sua fundação, nunca teve uma chapa de oposição a atual presidência, fato que ocorre porque ninguém tem interesse e disponibilidade de tempo para se dedicar a tal cargo [Fala do diretor entrevistado].

Para o diretor, o fato de que desde o surgimento da cooperativa nunca teve uma chapa de oposição pode ser crítico no futuro, visto que não há um nome para a sucessão do atual presidente. Quanto ao conselho da cooperativa, esse possui 12 membros administrativos, três conselheiros fiscais e 30 membros conselheiros. Contudo, o processo decisório na opinião dos entrevistados está centralizado na direção e os demais cooperados não estão plenamente envolvidos.

6.6 Apego comunitário

Bialoskorski Neto (2002) menciona que em regiões nas quais as cooperativas atuam há uma forte correlação positiva entre valor da produção, níveis de educação e menor desigualdade na posse da terra, portanto as cooperativas são organizações importantes, pois promovem tanto a distribuição de renda como também um estoque de capital social, principalmente na agricultura. Alesina e La Ferrara (2000) destacam que a desigualdade e o desapego às atividades comunitárias reduzem os níveis de capital social. Dentro os cooperados entrevistados, três cooperados entrevistados declaram que o envolvimento da cooperativa com a comunidade é baixo, um deles coloca que não há envolvimento para trazer benefícios aos cooperados e comunidades locais. Por outro lado, um dos cooperados e o diretor entrevistado acreditam que o envolvimento é grande, como fala o diretor:

[...] interage bastante com a comunidade, desde o recolhimento de impostos para o município, e a participação em feiras e exposição feitas nos municípios de abrangência da cooperativa [Fala do diretor entrevistado].

Outro elemento de destaque é se a cooperativa manteve uma coerência com as atividades que deram origem a cooperativa. Todos os entrevistados afirmaram que a cooperativa manteve suas origens e ampliou serviços, ou seja, foram desenvolvidas novas atividades, assistência técnica aos produtores e ampliou a oferta de novos negócios.

Quanto à preocupação ambiental, os cooperados colocam que a cooperativa promove o recolhimento das embalagens de agrotóxicos e a reutilização da casca para secagem. O diretor da cooperativa também acrescenta que os técnicos agrícolas levam informações ambientais aos produtores e que a cooperativa mantém um banco de sangue na cidade.

A participação política (cargos eletivos) pelos membros da diretoria é proibida em estatuto, mas os entrevistados colocam que os demais cooperados possuem um envolvimento político como vereadores, presidentes de comunidades e de clubes. A solidariedade é destacada por dois entrevistados, que citaram o caso da queima da casa de uma cooperada, quando todos os demais cooperados auxiliaram na reconstrução da casa da mesma, além da doação de talheres, geladeira e outras mobílias.

5. Considerações finais

Este estudo teve como objetivo principal analisar como os fatores geradores de capital social estão presentes em uma organização cooperativa. O capital social tem sido destacado pela literatura como uma variável importante para o desenvolvimento econômico (FUKUYAMA, 1996), um ingrediente fundamental de governo (PUTNAM, 2000), bem como indispensável para a construção de uma sociedade sustentável (JARA, 1999). Granovetter (1985) e Coleman (1990) colocam que os indivíduos encontram-se inseridos numa rede de relações sociais, nas quais se inserem as organizações cooperativas. As cooperativas atuam em um espaço delimitado e formam uma rede estabelecida pela relação entre os cooperados, cujos objetivos torna-a um agente participante do desenvolvimento local (SALANEK FILHO, 2007).

A análise da presença de capital social junto às organizações cooperativas passa a ser uma variável chave para a busca de um desenvolvimento sustentável, visto que este está relacionado a determinado espaço territorial. Desta forma, rompendo o pensamento cartesiano, que por muito tempo foi utilizado para a compreensão linear dos organismos vivos participantes de um sistema pela divisão do todo em partes e, passando para uma visão orgânica, essa busca entender os sistemas vivos pela sua totalidade (CAPRA, 1996 e WITTMANN, 2008), buscando formas de organizações sustentáveis que gerem um desenvolvimento para a localidade na qual estão inseridas. Destaca-se que as redes sociais são capazes de promover e disseminar a solidariedade, a confiança e induzir o capital social, contribuindo para o aumento da eficiência da comunidade, facilitando as ações coletivas coordenadas (OLIVEIRA, 2006).

Diante dos elementos apontados pela literatura como produtores de capital social, observou-se na cooperativa utilizada como empresa focal que, na sua grande maioria, esses elementos estão presentes na concepção dos cooperados entrevistados. Elementos como cidade de origem, suburbanização, crenças e descendência étnica no composto da divisão étnica apresentaram um resultado propício à geração de capital social. Quanto ao comportamento, a participação na cooperativa não demonstrou um incremento na renda dos associados. No construto de valores, atitudes e experiências, a importância dada ao papel da mulher, casamento e família, bem como apego às regras e normas, ambiente de confiança e senso de liberdade, corroborou com a teoria sobre capital social, demonstrando que estes elementos estão presentes na construção do capital social dos cooperados entrevistados. No que tange as regras, os entrevistados alegaram que as normas e regulamentos são cumpridos, bem como existe uma facilidade de comunicação. Contudo, segundo os entrevistados, a direção é centralizadora, elemento que inibe a produção de capital social.

O apego comunitário não se demonstrou um elemento catalisador de capital social na cooperativa, visto que três entrevistados colocaram que não há um comprometimento com a comunidade ou a sociedade local. A participação política e cívica é existente, mas está coibida pelo estatuto da cooperativa, que não permite ocupantes de cargos de direção ocupar cargos políticos. O perfil dos entrevistados favorece a produção de capital social no que tange a idade, tempo de associação à cooperativa, contudo não quanto ao nível educacional. Por algumas vezes observou-se divergência de opiniões por parte dos entrevistados, principalmente entre o diretor da cooperativa e os demais cooperados, demonstrando diferenças de percepções sobre a cooperativa por parte dos entrevistados. A região de inserção da cooperativa, de colonização italiana e com um contexto histórico de auxílio mútuo por parte da população para a formação da comunidade e superar seus desafios, forma um contexto favorável à formação de capital social entre seus associados. De maneira geral, conclui-se que os elementos formadores de capital social estão presentes nos membros da cooperativa entrevistados, porém por alguns momentos existem divergências nas percepções dos entrevistados e centralização no comando da cooperativa, fomentando o surgimento de elementos que inibem a produção de capital social.

Este estudo carrega a limitação da análise de uma única cooperativa, susceptível às críticas de um estudo de caso, não permitindo que os resultados sejam extrapolados para outras organizações e contextos. Contudo, análises como esta fornece geração de conteúdo para a realização de mais pesquisas empíricas, em amostras maiores e em outros contextos. Em nenhum momento esgota-se a possibilidade de que somente estas sejam as respostas para

a problemática desta pesquisa, considerando que o tema abordado é amplo, possibilitando diversas interpretações. Desta forma, este estudo busca levantar uma temática que poderá ser abordada em diversos estudos futuros, gerando conhecimento para o entendimento do papel do capital social dentro das organizações, e no caso das organizações coletivas, pelo seu envolvimento comunitário, para toda uma comunidade e por consequência o desenvolvimento da região.

Referências bibliográficas:

ALBAGLI, Sarita e MACIEL, Maria Lucia. Capital social e empreendedorismo local. In: **Proposição de políticas para a promoção de sistemas produtivos locais de micro, pequenas e médias empresas**. Rio de Janeiro: SEBRAE, 2002.

ALESINA, A.; BAQUIR, R. e EASTERLY, W. Public goods and ethnic divisions. **Quarterly Journal of Economics**. Novembro, p. 1243-1284, 1999.

ALESINA, A. e LA FERRARA, E. Participation in heterogeneous communities. **Quarterly Journal of Economics**. Agosto, p. 847-904, 2000.

ALBUQUERQUE, P. F. Associativismo. In: CATTANI, A. D.(Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARRIOS, J. J. P. **A participação no cooperativismo agrícola**: estudo de caso na cooperativa agrícola de Jaguari – Jaguari - RS. 1995. 157 p. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 1995.

BARROS, E. V. **Princípios de ciências sociais para a extensão rural**. Viçosa: UFV, 1994.

BENKO, Georges. A recomposição dos espaços. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. v. 1, n. 2, 2001.

BECKER, Dinizar F. e WITTMANN, Milton L. **Desenvolvimento regional**: abordagens interdisciplinares. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2008.

BIALOSKORSKI NETO, S. **Capital social e cooperativas na agricultura do estado de São Paulo**: um ensaio analítico. Revista Vanguarda Econômica, Belo Horizonte, n. 9, 2001.

_____. **Estratégias e cooperativas agropecuárias**: um ensaio analítico. In: Seminário de Política Econômica em Cooperativismo e Agronegócios da UFV, Viçosa, 2002.

BOESCHE, Leonardo. **Fidelidade cooperativa**: uma abordagem prática. Curitiba: Ocepar, SESCOOP – PR, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **Le capital social**. Notes Provisoires. Actes de la Recherche en Sciences Sociales 3: 2-3, 1980.

BREHM, J. e RAHN, W. Individual-level evidence for the causes and consequences of social capital. **American Journal of Political Science**, n. 41, p. 999-1023, 1997.

BROWNE, W. **The failure of national rural policy**. Washington, DC: Georgetown University Press, 2001.

CARON, Antoninho. Transformações dos sistemas produtivos mundiais e o desenvolvimento local. In: **Tecnologias de gestão em sistemas produtivos**. VALLADARES, Angelise. (org). Petrópolis: Vozes. 2003.

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida**. São Paulo: Cultrix, 1996.

COLEMAN, James. **Foundations of social theory**. Massachusets: Harvard University Press, 1990.

CRESWELL, John. **Research design: qualitative & quantitative approaches**. Thousand Oaks: Sage, 1994.

FOX, J. How Does Civil Society Thicken? The Political Construction of Social Capital in Rural Mexico. **World Development**, n. 24, v. 6, p. 1089-1103, 1996.

FREY, Klaus. **Desenvolvimento sustentável local na sociedade em rede: o potencial das novas tecnologias de informação e comunicação**. Revista de Sociologia e Política. n. 21, p. 165-185, 2003.

_____. **A revolução do local - globalização, glocalização, localização**. Brasília: AED/São Paulo: Ed. Cultura, 2004.

FUKUYAMA, Francis. **Confiança: as virtudes sociais e a criação da prosperidade**. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

JARA, Carlos J. **Capital social e desenvolvimento local sustentável**. Equador: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 1999.

JESUS, P. de; TIRIBA, L. Cooperação. In: CATTANI, A. D.(Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

GLAESER, E.; LAIBSON, D. e SACERDOTE, B. The economic approach to social capital, **The Economic Journal**, n. 112, p. 437-458, 2002.

GRANOVETTER, Mark S. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. **American Journal of Sociology**. v.91, n.3, p. 481-510, 1985.

MALHOTRA, Naresh K. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. Porto Alegre: Boocman, 2001.

MASCARENHAS, Carina. **O capital social em Apuarema, Nova Ibiá, Piraí do Norte e Presidente Tancredo Neves (Bahia): análise das dimensões cívica e institucional**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal da Bahia, 2005.

MAYORGA, Fernando D. O.; KHAN, Ahmad S.; MAYORGA, Ruben D.; LIMA, Patrícia V. S..Capital social, capital físico e a vulnerabilidade do sertanejo: o caso das comunidades de Lustal e Sítio Lagoa no Município de Taua, Ceará. **RER**, v. 42, n. 01, p. 111-132, 2004.

MATOS, A. G. de. **Organização social de base: reflexões sobre significados e métodos**. Brasília: Editorial Abaré, 2003.

MATURANA, H. **Emoções e linguagem na educação e na política**. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2002.

MILANI, Carlos. Teorias do capital social e desenvolvimento local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil). **Organização & Sociedade**, EAUFBFA, v. 11, Edição Especial, 2004.

OCEPAR, **Manual do banco de dados cooperativo**. Curitiba: OCEPAR, 2006.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. **Manual de gestão das cooperativas: uma abordagem prática**, São Paulo: Atlas, 2001.

OLIVEIRA, Josiane Alves. **A governança urbana como indutora do desenvolvimento local: Aplicações do Modelo Colaborativo de Curitiba na Região do Cajuru**. Dissertação de Mestrado em Gestão Urbana. Curitiba: PUC-PR, 2006.

PAVARINA, Paula Regina de Jesus Pincetta. **Desenvolvimento, crescimento econômico e o capital social do estado de São Paulo**. Piracicaba. Universidade de São Paulo. Tese de Doutorado em Economia Aplicada. 2003.

PUTNAM, Robert. Bowling alone: America's declining social capital. **Journal of Democracy**, p. 65-78, 1995.

_____. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**, 3º Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

SALANKE FILHO, Pedro. **Capital social e cooperativismo agropecuário no processo de desenvolvimento sustentável local: uma avaliação da região de atuação da Cooperativa Copacol**. Dissertação de mestrado. UNIFAE – Centro Universitário, 2007.

SCHMIDT, D.; PERIUS, V. Cooperativismo - cooperativa. In: CATTANI, A. D.(Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

SILVEIRA, T. L. N. da. **Organizações de associações**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1992.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

WITTMANN, Milton L. **Administração: teoria sistêmica e complexidade**. Santa Maria: UFSM, 2008.

YIN, R. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZAMBERLAN, Jurandir e FRONCHETI, Alceu. **Cooperação agrícola: melhoria econômica ou novo projeto de vida**. Passo Fundo: Gráfica e Editora Padre Berthier, 1992.